

China

soberania e descolonização da resposta sanitária II

André Lobato

A China se aproxima de sua terceira primavera pós-surto de Wuhan, com mais de 2 bilhões de doses aplicadas no país e uma estratégia de tolerância zero de convivência com o SARS-CoV-2. O país também foi o responsável por boa parte da produção global de vacinas, desenvolvidas por cientistas chineses ou em fábricas contratadas por empresas estrangeiras. Reformas estruturais dos conflitos entre capital e trabalho foram feitas, por exemplo, nas finanças, na educação e na saúde. O diálogo com a comunidade internacional se ampliou, assim como o debate sobre a mudança de uma parceria estratégica com os EUA para uma competição estratégica entre o mais rico país desenvolvido e o mais rico país em desenvolvimento.

O Brasil, ao menos do ponto de vista comercial, é o grande beneficiado da capacidade nacional chinesa de produção de insumos farmacêuticos. Porém, a concertação política de alto nível é quase inexistente, com lamentáveis gestos de hostilidade sendo registrados contra o país. Mesmo assim, fortaleceram-se novos laços de solidariedade entre os povos chineses e brasileiros. Essa aproximação se deu num campo incomum entre países em desenvolvimento: a ciência médica translacional.

ATOR CENTRAL DA IMUNIZAÇÃO GLOBAL

Entre os grandes produtores globais, a China foi um dos últimos países a iniciarem uma campanha de inoculação massiva. Entre os países de grandes populações, também. Mas uma vez iniciada a campanha, os números subiram rapidamente. Em setembro, o país já possuía uma cobertura vacinal que só pode ser comparada à de países com populações pequenas, como Uruguai e Emirados Árabes Unidos (*Our World in Data, 2021*).

Paralelamente à vacinação, medidas de contenção da transmissão do SARS-CoV-2 entre pessoas, ainda debatidas como radicais em outros países, foram naturalizadas. A testagem em massa, o rastreamento dos contatos de casos identificados e a aplicação subsequente de quarentenas foram os principais responsáveis pela contenção da variante delta. A China continental, que desde o cordão sanitário ao redor de Wuhan registrava baixíssima transmissão interna, com quase todos os casos importados, continua assim com uma estratégia de tolerância zero com o vírus. Entretanto, as políticas de convivência com a pandemia desenvolvidas em vários países ameaçam essa determinação, pois o vírus continua a se infiltrar em território chinês.

Com grandes produtores de vacina disputando os recursos entre si, coube à China ser a grande provedora de vacinas para o mundo em desenvolvimento. O país também fez aportes no sentido das vacinas como bens públicos globais, doações para a Organização Mundial da Saúde (OMS), Covax, e manteve uma diplomacia da saúde ativa em âmbitos regionais, especialmente com a África.

Assim, até o momento da aceleração de seu programa nacional de imunização, quando já aplicara internamente 200 milhões de doses, a China manteve quase paridade entre o consumo interno e a exportação de vacinas (*Williams & Stacy, 2021*). Foi o único grande produtor a fazê-lo. Em abril de 2021, EUA, União Europeia, Índia e Reino Unido somados exportaram menos que a China. Com isso, as primeiras vacinas a chegarem em vários países vieram da China e, em alguns deles, continuam sendo as únicas.

Apesar disso, as vacinas chinesas foram altamente contestadas, especialmente na mídia ocidental, que é mais dependente dos anúncios das grandes farmacêuticas norte-atlânticas. Parte da contestação incluía resultados clínicos inferiores aos de vacinas ocidentais de tecnologia mais recente, como as de mRNA. Entretanto, tanto na China quanto fora dela, a eficiência das vacinas nos ensaios e na avenida é diferente. Como quem gosta de samba sabe, não bastam sofisticadas alegorias, é preciso harmonia de todas as pessoas no desfile. E por isso, mesmo sem a vanguarda tecnológica em mRNA, a China foi, sociotecnicamente, o ator central da contenção do SARS-CoV-2.

A evidência é o número total de óbitos: 4.636. Quantitativamente, está numa escala distinta. Com um sétimo da população, o Brasil possui 130 vezes mais óbitos registrados. E qualitativamente, inclui essencialmente as pessoas mais sensíveis à doença, como os idosos. Assim, internamente, a China evitou os contágios e, externamente, a doença.

Porém, a participação na vacinação global e a aceitação das tecnologias chinesas na Organização Mundial da Saúde destoam. Entre dezembro e março, cinco vacinas foram autorizadas na China: três inativadas, uma recombinante e outra de adenovírus. Em maio, quando Brasil, México, Turquia, Egito, Quirquístão, Emirados Árabes Unidos, Indonésia, Malásia e Paquistão já operavam bases produtivas de vacinas chinesas, a OMS aprovou a primeira vacina não ocidental de sua lista, a Sinopharm, de Pequim. A OMS também omitiu a empresa chinesa BGI/MGI, considerada pela Nature um grande centro da ciência global, da lista de fabricantes de equipamentos para vigilância genética do seu guia de sequenciamento genético para saúde pública (Wu & McDonald, 2021).¹

Em janeiro, o Brasil passou a ser um dos países cuja primeira injeção de vacinação foi chinesa. Coordenado pelo Instituto Butantan, a fase 3 envolveu 13 mil profissionais de saúde em 16 centros de pesquisa de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal (Instituto Butantan, 2021). Assim, as ciências brasileira e chinesa trabalharam juntas num momento de alta partidização das técnicas médicas, formando um laço que, naquele momento, parecia improvável para muitos. Pelo acordo, o instituto poderia ter preferência na expansão do mercado da Coronavac na América Latina (Junqueira, 2021). Depois, quando começou a produção da vacina da Oxford/AstraZeneca, lá estava novamente a China, de onde veio todo o ingrediente farmacêutico importado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

No início da vacinação da China continental, organizações públicas foram chamadas ao esforço de educação pública da importância da vacinação, voluntária e orientada, inicialmente, para pessoas acima de 18 anos que fossem “participantes ativos de atividades sociais” (China..., 2021). O *China Daily*, por exemplo, destacou em editorial que as vacinas fossem obrigatórias (Vaccination..., 2021). Houve uma discussão sobre a vacinação para maiores de 60 anos, tanto pelas necessidades de mais testes clínicos na própria China quanto por cálculos epidemiológicos que sugerem a priorização da inoculação daqueles que se movimentam mais. Posteriormente, a vacinação foi aberta para idosos.

Ao longo do ano, a pesquisa com mRNA deu um salto também na China – com desenvolvimento local e parcerias, como aquela com a BioNTech para a produção da BNT162b1, conhecida no Brasil como vacina da Pfizer. Há nove pesquisas de mRNA

¹ Genomic sequencing of SARS-CoV-2: a guide to implementation for maximum impact on public health.

no Index de Estudos da Pneumonia no Novo Coronavírus do Registro Chinês de Testes Clínicos. Até o fim de agosto, havia 886 entradas no index, as quais abarcam as técnicas científicas debatidas globalmente e também ensaios clínicos da medicina tradicional chinesa ([Chinese Clinical Trial Registry, 2021](#)).

DIPLOMACIA DA SAÚDE

A China colocou o combate à Covid-19 no topo de suas prioridades da política externa. O combate à pandemia e a necessidade de união entre os países, com coordenação da OMS e de outros organismos multilaterais, estiveram em muitas declarações – senão em todas elas – de política externa dos líderes do país.

Na Cúpula de Saúde Global em maio deste ano, o presidente chinês, Xi Jinping, anunciou cinco medidas para apoiar a solidariedade global contra a Covid-19. Entre elas, a criação de um fórum internacional sobre cooperação de vacinas para países em desenvolvimento e produtores de vacinas para promover a distribuição justa e equitativa de vacinas em todo o mundo ([China, 2021a](#)). Em carta ao fórum, em agosto, ele empreendeu esforços para ofertar 2 bilhões de doses pelo mundo e oferecer 100 milhões de dólares para a Covax. Além de Brasil e China, outros 21 países assinaram o documento ([China, 2021b](#)). Na Cúpula dos Brics deste ano, Xi anunciou uma nova doação de mais 100 milhões de doses para a iniciativa Covax para os países em desenvolvimento ([CPC Central Committee Bimonthly, 2021](#)). Antes, em fevereiro, o chanceler Wang Yi havia pedido aos países produtores de vacinas para canalizarem suas doações via mecanismos da OMS, com ênfase nos países pobres. Ele pediu ainda que os membros do Conselho de Segurança dessem o exemplo e liderassem os demais países na implementação da resolução 2.535, aprovada em julho de 2020, que pede um tipo de cessar-fogo mundial. A resolução prevê que “todas as partes em conflitos armados façam uma pausa humanitária de 90 dias consecutivos” para possibilitar a ajuda humanitária ([UN, 2021](#)).

No mesmo mês, o G7 mencionou explicitamente a China como uma possível parceria para um sistema econômico global justo e para todas as pessoas ([European Council, 2021](#)). Entretanto, os países do grupo, três deles membros permanentes do Conselho de Segurança, voltaram a se reunir no segundo semestre num encontro amplamente visto como dedicado à contenção do desenvolvimento chinês, quase sempre com a prerrogativa de intervencionismo humanitário. Assim, o grupo liderado pelos EUA se autoproclama defensor dos direitos humanos de muçulmanos e chineses, dos democratas da ex-colônia britânica de Hong Kong e das liberdades marítimas do estreito de Taiwan.

Desse modo, a cooperação sanitária e científica internacional foi prejudicada pelo consenso bipartidário nos EUA de que o desenvolvimento chinês é uma ameaça para a segurança nacional estadunidense. A Casa Branca chamou o vírus de chinês, o

governo chinês de genocida, ficou insatisfeita com as duas missões da Organização Mundial da Saúde enviadas à China, ordenou que o serviço de espionagem realizasse um inquérito secreto sobre o tema e manobrou na OMS para que a insignificância da hipótese de vazamento laboratorial do SARS-CoV-2 fosse revista. Ao mesmo tempo, liderou uma nova frente militar marítima com Reino Unido, Austrália e, embora com menor protagonismo, Índia. O caso mais evidente de controle político sobre os mercados foi a Huawei. A chefe de operações ficou mil dias em prisão domiciliar, e as exportações de microchips para a empresa foram proibidas. Como resultado, a líder da tecnologia 5G, que ameaçava o domínio da Apple em celulares, ficou praticamente banida do mercado global (Ting-Fang & Li, 2021).

Diante do aumento de tensões, altos representantes da diplomacia dos EUA e da China se encontraram, em março, no Alasca, uma espécie de meio do caminho entre Beijing e Washington (How it..., 2021). Lá, Jake Sullivan, assessor de Segurança Nacional, e Antony Blinken, secretário de Estado, receberam Wang Yi, chanceler e conselheiro de Estado, e Yang Jiechi, diretor da Comissão de Relações Exteriores do Partido Comunista Chinês. No encontro, Blinken e Sullivan afirmaram estar insatisfeitos com a postura chinesa em relação à “ordem internacional”. Já Yang afirmou a Blinken que ele representa o governo dos Estados Unidos e que a China apoia as Nações Unidas como centro da diplomacia internacional. Pediu que os EUA entendessem que eles não representam a opinião pública internacional e disse que não estão qualificados para se dirigirem à China numa posição de força.

O encontro marcou uma nova fase da relação entre os países em que a China, apesar de continuar fazendo reiteradas manifestações de planos de ação comum entre os países, passa a reconhecer que a competição estratégica com os EUA é inevitável e que uma nova fase da diplomacia mundial está em andamento. Seja uma *guerra fria*, seja uma *paz quente* ou uma nova fase de guerra total, os chineses têm afirmado estarem prontos para defenderem seus interesses inegociáveis, entre eles o princípio *Uma China* e a não aceitação de nenhum movimento separatista, em Taiwan, Hong Kong ou Xinjiang.

A GOVERNANÇA INTERNA DA CHINA

A pandemia é amplamente vista como tendo fortalecido o sentido de união do povo chinês, e a baixa letalidade e o contágio dentro do país reforçaram a legitimidade do governo daquele país. Com a erradicação da pobreza extrema e a consolidação de décadas de crescimento econômico acelerado, o governo pôde comemorar a fundação de cem anos do Partido Comunista da China e a chegada de uma nova era de prosperidade moderada ao país. Questões relacionadas aos conflitos entre capital e trabalho foram então abordadas de forma mais sistemática. O modelo híbrido de métodos de pagamentos e serviços de crédito de gigantes como

Alibaba foi reprimido num sinal para toda a indústria. Novas regulações sobre o uso de dados foram implementadas; as criptomoedas, banidas (John & Wilson, 2021). Os setores de educação e saúde passaram por importantes reformas. A política de crédito foi organizada para zerar as emissões até 2060 e diminuir significativamente diversos impactos ambientais. Nos próximos anos, aumentará a cobrança para que os mais ricos paguem mais impostos e façam mais contribuições à sociedade.

O documento que guiará, pelos próximos anos, mudanças foi aprovado pelo Congresso Nacional do Povo em 2021 e se chama 14º Plano Quinquenal (2021-2025) para o Desenvolvimento Econômico e Social Nacional e os Objetivos de Longo Prazo até o ano 2035 (Fujian, 2021). Seus principais pontos são:

- Destaque inédito para a questão da inovação.
- Indústrias culturais e *soft power*.
- Reformas de mercado socialista.
- Desenvolvimento verde, qualidade de vida e desenvolvimento social.
- Cooperação internacional e abertura.
- China promotora da paz no *alto nível* das relações internacionais.
- Ênfase na economia real, em manufaturas de qualidade, ciberespaço e tecnologias digitais para crescimento econômico.
- Mercado interno forte criando um novo padrão de desenvolvimento.
- Revitalização rural.
- Novas formas de urbanização.
- Desenvolvimento do *rule of law*, com o primeiro Código Civil aprovado em 2020.
- Produto Interno Bruto (PIB) e *output per capita* em níveis de países desenvolvidos.

Novos estágios, filosofia e paradigma de desenvolvimento são as marcas do 14º Plano Quinquenal. O novo estágio de desenvolvimento se refere aos próximos trinta anos. A filosofia desse desenvolvimento prega inovação, coordenação, sustentabilidade, abertura e compartilhamento. O paradigma é o da dupla circulação. Esse novo paradigma considera a desaceleração do crescimento industrial e a ampliação do setor de serviços. Com 400 milhões de consumidores de renda média e previsão de PIB *per capita* em 2035 de 30 mil dólares, o mercado interno passa a ser visto como consumidor de ponta de novos padrões tecnológicos, mais verdes e endógenos. Assim, a China procurará maior autonomia em indústrias-chave, dissuadindo tentativas de impedir sua trajetória de desenvolvimento com o controle de técnicas essenciais (como microchips). Seguirá, entretanto, sendo o parque industrial do pla-

neta em sua circulação externa. Trata-se, de certa maneira, do manejo das contradições entre um mercado autossuficiente e integrado à economia global.

A prioridade do 14º Plano, então, é salvaguardar um “desenvolvimento seguro” diante de uma ordem internacional que enfrenta “mudanças que não se veem há um século” – nesse aspecto, maior integração do oeste do país (despovoado, pobre e distante dos mercados globais) com o leste (populoso, rico e integrado nas cadeias de valor).

Na discussão sobre equidade, vista como um projeto de longo prazo, a décima reunião do Comissão Central de Assuntos Financeiros e Econômicos do 19º Congresso Nacional do Partido Comunista decidiu pelo estabelecimento de “um sistema científico de políticas públicas e um sistema de distribuição razoável que beneficie a todos”, com “projetos inclusivos que facilitem a qualidade de vida das pessoas e garantam suas necessidades básicas”. Essa comissão é presidida por Xi Jinping e outros políticos relevantes, como o *premier* do Conselho de Estado, Li Keqiang.

Em relação ao desenvolvimento de uma civilização ecológica, nota-se a mudança de ênfase no modelo de zonas especiais, que servem como piloto para políticas a serem nacionalizadas. O Plano de Ação Especial para o Desenvolvimento Verde das Zonas Nacionais de Alta Tecnologia, por exemplo, prevê redução do uso de carvão por valor agregado industrial para 0,3 tonelada por 10 mil *yuans*. Indústrias de biomedicina devem levar em conta também, por exemplo, a sustentabilidade dos efluentes e descartes (China, 2021c).

Gigantes da internet receberam especial atenção. O grupo Alibaba, por exemplo, foi penalizado em 4% (¥18,2 bilhões) de suas receitas de 2019. O grupo foi condenado por usar sua posição de mercado, regras e dados da plataforma e métodos algorítmicos para estabelecer um sistema de recompensas e punições. O objetivo seria forçar as empresas a usarem apenas a plataforma do Alibaba. Antes, em novembro, a oferta pública de ações da Ant Financial havia sido suspensa (McMorrow, Liu & Ruehl, 2020). O governo determinou que o grupo financeiro separasse as plataformas de pagamentos das dos produtos financeiros (Yang & Yu, 2021). Após essas medidas, em uma reunião com 34 empresas de plataformas, o comitê responsável pela regulação desse mercado disse que as empresas devem evitar “a expansão desordenada do capital” e a “formação de monopólios”. Caso não parem de “abusar”, sofrerão “punições severas” (Walsh, 2021).

SAÚDE

Desde que o sistema de saúde passou a incorporar elementos da competição capitalista nas reformas de Deng Xiaoping, o governo tem buscado equilibrar inovação dos serviços e equidade por meio de um complexo sistema de seguros, cujo alcance é considerado universalizado. Nesse aspecto, os planos quinquenais setoriais, como o de segurança médica, são cruciais para orientar as políticas.

Assim, o 14º Plano Quinquenal Nacional para Segurança Médica prevê a integração de trabalhadores migrantes e rurais em seus locais de trabalho (ACWF, 2021). Trata-se de uma mudança gigantesca, pois muitos trabalhadores possuíam registro em uma localidade, mas, na prática, precisavam de serviços médicos em outra. Era uma forma de dar ordenamento para a migração interna. Desse modo, avança a nacionalização dos sistemas médicos de saúde. A lista de remédios incluídos nos planos básicos de saúde está prevista para ser nacionalizada em 2022.

Um novo programa de precificação para os hospitais públicos foi anunciado (Peter, 2021). O principal objetivo é diminuir os custos, que vêm aumentando, dos serviços médicos do país. Uma das medidas impede os hospitais de faturarem com a venda de remédios prescritos para seus pacientes. O mecanismo deve diminuir os custos tanto para o Estado, que arca com parte das despesas, quanto para os pacientes e suas famílias. Entretanto, outros custos podem subir, como pediatria e enfermagem e medicina tradicional. Isso porque foram descritos pelas autoridades como *subvalorizados*. A remuneração dos médicos também deve aumentar. Em 2018, um sistema centralizado de compra de medicamentos para os hospitais públicos foi lançado, e alguns remédios tiveram preço reduzido em até 90%.

Outra mudança anunciada em 2021 foi a recomposição dos fundos de seguro de saúde (Dandan, 2021). A parte paga pelos empregadores será gradualmente transferida para fundos comuns, e não mais para os fundos individuais dos trabalhadores. Estes permanecerão com seus fundos individuais, que são compostos de deduções de cerca de 2% da renda anual do trabalhador. O objetivo dos fundos comuns é ganhar escala e favorecer indivíduos que precisam de tratamento continuado, como aqueles com doenças raras e idosos.

Outra medida em discussão é um arcabouço legal que estimule os médicos a atenderem regiões e localidades pouco privilegiadas (Lui & Lyn, 2021). Segundo o rascunho do projeto de lei, os médicos serão estimulados a oferecerem seus serviços nos centros de serviços médicos de pequenas localidades, tanto para fazer o atendimento quanto para melhorar a formação dos recursos humanos locais. As instituições que empregam esses médicos, como os hospitais das grandes cidades, devem apoiar e estimular a ida dos profissionais e também elaborar programas de formação para os pequenos vilarejos.

Outra legislação de fundamental importância para o campo sanitário foi a Lei de Biossegurança,² que entrou em vigor em abril de 2021. Ela busca ser um marco legal abrangente de regulação e proteção dos recursos biológicos do país, com ênfase na genética. A nova lei se refere a vida selvagem, resistência antimicrobiana, guerra biológica, reemergência de surtos (em humanos, em animais domésticos e não domésticos, em espécies cuja eliminação é prevista, por exemplo), previne pro-

² Disponível em: <<https://zh.wikisource.org/wiki/中华人民共和国生物安全法>>. Acesso em: 28 set. 2021.

pagação de epidemias, soberania genética etc. Ela prevê ainda a criação do Mecanismo Nacional de Coordenação do Trabalho em Biossegurança, do Sistema Nacional de Rastreabilidade de Investigação de Incidentes de Biossegurança e do Sistema de Avaliação do Índice de Poluentes Antimicrobianos. Seu principal objetivo é proteger e regular os recursos genéticos chineses. Para isso, prevê o estabelecimento de mecanismos inovadores de investigação conjunta, multidisciplinares e multissetoriais, para promover a biossegurança de tecnologias-chave.

EDUCAÇÃO

De todas as reformas recentes, a com maior impacto social provavelmente foi a de educação, anunciada no segundo semestre de 2021. Instituições educacionais não podem mais se orientar pelo lucro; professores – muitos dos quais reduziam o conteúdo em sala de aula para lucrar com ensino extraclasse – não poderão mais oferecer aulas particulares; a depender da idade escolar, instituições de ensino devem abolir deveres de casa e provas ([China reforma..., 2021](#)). O objetivo é reduzir tanto os custos dos pais na educação dos filhos quanto o estresse das crianças, favorecendo a criatividade e o bem-estar. Com menos custos na educação e na saúde para a população em geral, o governo espera estimular sua política de terceiro filho, que visa reverter a possibilidade de declínio demográfico identificada.

BRASIL E CHINA

Apesar de a competição estratégica entre o mais rico país desenvolvido e o mais rico país em desenvolvimento ser a marca política da pandemia, ficou evidenciado não só que ambos os países tendem a criar novos limites de convivência como também a disputa por terceiros países é limitada.

O Brasil, primeiro país a estabelecer uma parceria estratégica com a China, em 1993, teve durante o momento mais desafiador dos sistemas de saúde de ambas as nações uma atividade diplomática anormal. Isso porque as numerosas declarações de autoridades do Executivo federal brasileiro sobre a China pareceram feitas sob medida para impedir que um novo momento estratégico de parceria surgisse entre os países. De certa forma, isso ocorreu. Nenhuma reunião bilateral de alto nível ocorreu entre os dois países. Entretanto, foi em encontros criados em conjunto com a China, como especialmente o Brics, que o Brasil, ao menos nas aparências, manteve sua normalidade diplomática. Na última cúpula, o presidente Jair Messias Bolsonaro agradeceu as relações de parceria entre Pequim e Brasília: “Essa parceria se tem mostrado essencial para a gestão da pandemia no Brasil, tendo em vista que parcela expressiva das vacinas oferecidas à população brasileira é produzida com insumos originários da China” ([Fernandes, 2021](#)).

Um momento de inflexão foi a sabatina, no Senado Federal, com o ex-ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo (Brasil, 2021a). Os senadores o questionaram sobre o uso de expressões como *comunavírus*, que buscava associar o sistema político chinês a uma doença, e afirmaram o caráter estratégico da China tanto para o Programa Nacional de Imunização quanto para a economia nacional como um todo. Com a saída de Araújo, o novo ministro, Carlos Alberto França, afirmou em sua posse que o Brasil faria uma “verdadeira diplomacia da saúde”, “sem preferências desta ou daquela natureza” (Mazui, 2021). O presidente da Câmara de Deputados do Brasil, Arthur Lira, conversou com seu homólogo, o chinês Li Zhanshu, presidente do Congresso Nacional do Povo. Os dois afirmaram votos de cooperação longa entre os dois países (Lira, 2021). A presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), senadora Kátia Abreu (PP-TO), defendeu ainda a ida de uma comitiva brasileira a Pequim para negociar a compra de uma vacina contra o coronavírus produzida pela farmacêutica estatal Sinopharm. A senadora tem mencionado acordos comerciais e sanitários com a China, incluindo a vacina brasileira para a aftosa (Brasil, 2021b). A Fiocruz também participou dos esforços diplomáticos, agradecendo por carta ao empenho da Embaixada da China no Brasil no fornecimento de ingredientes farmacêuticos ativos (IFAs) para o Programa Nacional de Imunização contra a Covid-19 e mantendo o acompanhamento do processo de importação.

Assim, nota-se que houve uma parceria científica e comercial com amplas possibilidades de engajamento de alto nível, especialmente no âmbito sanitário. A saúde pública sai fortalecida em ambos os países, mas a comunicabilidade entre os sistemas de inovação, tecnologia e inovação precisa avançar e ganhar melhor coordenação. Essa coordenação pode ser feita tanto no âmbito regional, por meio dos estados e grandes cidades da federação, quanto em âmbito nacional, com o revigoramento, por exemplo, da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), que tinha a previsão de se reunir em novembro de 2021.

REFERÊNCIAS

ALL-CHINA WOMEN'S FEDERATION (ACWF). China to improve medical insurance system to better meet people's healthcare needs, 16 Sept. 2021. Disponível em: <www.womenofchina.cn/womenofchina/html1/In-depth/spotlight/2109/8825-1.htm>. Acesso em: 28 set. 2021.

BRASIL. Senado Federal. Notas taquigráficas, 18 maio 2021a, 9ª, CPI da pandemia. Disponível em: <www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/9995>. Acesso em: 28 set. 2021.

BRASIL. Senado Federal. Senado pode analisar envio de comitiva à China para negociar vacina anticovid. Agência Senado, Brasília, 17 maio 2021b. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/17/presidente-da-cre-sugere-ida-de-comitiva-a-china-para-negociar-nova-vacina-anticovid>>. Acesso em: 28 set. 2021.

CHINA encourages voluntary COVID-19 vaccination: official. *Xinhuanet*, Beijing, 11 Apr. 2021. Disponível em: <www.xinhuanet.com/english/2021-04/11/c_139873392.htm>. Acesso em: 28 set. 2021.

CHINA REFORMA sistema educacional e proíbe exames para crianças de 6-7 anos. *Isto é Dinheiro*, Rio de Janeiro, 30 ago. 2021. Disponível em: <www.istoedinheiro.com.br/china-reforma-sistema-educacional-e-proibe-exames-para-criancas-de-6-7-anos/>. Acesso em: 28 set. 2021.

CHINA. Ministry of Foreign Affairs. Remarks of Xi Jinping. Working Together to Build a Global Community of Health for All, 21 May 2021a. Disponível em: <www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1877666.shtml>. Acesso em: 28 set. 2021.

CHINA. Ministry of Foreign Affairs. President Xi Jinping sends message to the First Meeting of the International Forum on Covid-19 Vaccine Cooperation, 5 Aug. 2021b. Disponível em: <www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1897887.shtml>. Acesso em: 28 set. 2021.

CHINA. Ministry for Science and Technology of the People's Republic of China. Site. Disponível em: <www.most.gov.cn/xxgk/xinxifenlei/fdzdgnr/qtwj/qtwj2021/202102/t20210202_161118.html>. Acesso em: 28 set. 2021c.

CHINESE CLINICAL TRIAL REGISTRY. Site. Disponível em: <www.chictr.org.cn/filelisten.aspx>. Acesso em: 28 set. 2021.

CPC CENTRAL COMMITTEE BIMONTHLY. Full text of Chinese President Xi Jinping's remarks at 13th Brics Summit, 9 Oct. 2021. Disponível em: <http://en.qsttheory.cn/2021-09/10/c_659241.htm>. Acesso em: 28 set. 2021.

DANDAN, N. China announces insurance overhaul, a boon to aging population. *Sixth Tone*, 23 Apr. 2021. Disponível em: <www.sixthtone.com/news/1007310/china-announces-insurance-overhaul%2C-a-boon-to-aging-population>. Acesso em: 28 set. 2021.

EUROPEAN COUNCIL. G7 Leaders' statement, 19 Feb. 2021. Disponível em: <www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2021/02/19/g7-february-leaders-statement>. Acesso em: 28 set. 2021.

FERNANDES, A. Bolsonaro diz que relação com China é essencial no combate à pandemia. *Correio Brasiliense*, Brasília, 9 set. 2021. Disponível em: <www.correiobrasiliense.com.br/politica/2021/09/4948525-bolsonaro-diz-que-relacao-com-china-e-essencial-no-combate-a-pandemia.html>. Acesso em: 28 set. 2021.

FUJIAN. People's Republic of Fujian Province. Outline of the 14th Five-Year Plan (2021-2025) for National Economic and Social Development and Vision 2035 of the People's Republic of China. Disponível em: <www.fujian.gov.cn/english/news/202108/t20210809_5665713.htm>. Acesso em: 28 set. 2021.

HOW IT happened: Transcript of the US-China opening remarks in Alaska. *Nikkei Asia*, 19 Mar. 2021. Disponível em: <<https://asia.nikkei.com/Politics/International-relations/US-China-tensions/How-it-happened-Transcript-of-the-US-China-opening-remarks-in-Alaska>>. Acesso em: 28 set. 2021.

INSTITUTO BUTANTAN. Equipe do Instituto Butantan inicia inspeção de fábrica da Coronavac na China, 3 dez. 2020. Disponível em: <<https://butantan.gov.br/noticias/equipe-do-instituto-butantan-inicia-inspecao-de-fabrica-da-coronavac-na-china?r=noticias/equipe-do-instituto-butantan-inicia-inspecao-de-fabrica-da-coronavac-na-china>>. Acesso em: 28 set. 2021.

JOHN, A. & WILSON, T. China's top regulators ban crypto trading and mining, sending bitcoin tumbling. *Reuters*, London, Shanghai, 24 Sept. 2021. Disponível em: <www.reuters.com/world/china/china-central-bank-vows-crackdown-cryptocurrency-trading-2021-09-24/>. Acesso em: 28 set. 2021.

JUNQUEIRA, C. Acordo define que Butantan custeia Coronavac, mas sem propriedade intelectual. *CNN Brasil*, São Paulo, 11 nov. 2021. Disponível em: <www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/11/11/acordo-define-que-butantan-custeia-coronavac-mas-sem-direito-intelectual>. Acesso em: 28 set. 2021.

LIRA, A. Enviei carta ao Embaixador da China no Brasil e também participei de uma vídeo conferência com o representante do Povo Chinês. *Twitter*, 9 mar. 2021. Disponível em: <https://twitter.com/ArthurLira_/status/1369310617623027721?s=20>. Acesso em: 28 set. 2021.

LUI, J. & LYN, D. China vows pricing reform to keep healthcare affordable. *Bloomberg*, 31 Aug. 2021. Disponível em: <www.bloomberg.com/news/articles/2021-09-01/china-vows-medical-pricing-reform-to-keep-healthcare-affordable>. Acesso em: 28 set. 2021. [artigo disponível apenas para]

MAZUI, G. Novo chanceler de Bolsonaro promete 'diplomacia da saúde' e atuação 'sem preferências'. *G1*, Rio de Janeiro, 6 abr. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/04/06/novo-chanceler-de-bolsonaro-promete-diplomacia-da-saude-e-atuacao-sem-preferencias.ghtml>>. Acesso em: 28 set. 2021.

MCMORROW, R.; LIU, N & RUEHL, M. China draws up first antitrust rules to curb power of tech companies. *Financial Times*, Beijing, Singapore, 10 Nov. 2020. Disponível em: <www.ft.com/content/1a4a5001-6411-45fa-967c-0fd71ba9300b>. Acesso em: 28 set. 2021.

OUR WORLD IN DATA. Coronavirus (Covid-19) Vaccinations. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/covid-vaccinations>>. Acesso em: 28 set. 2021.

PETER, T. China ramps up healthcare reform with pilot pricing scheme. *Reuters*, London, Shanghai, 1 Sept. 2021. Disponível em: <www.reuters.com/world/china/china-plans-pilot-programme-healthcare-service-pricing-reform-2021-08-31/>. Acesso em: 28 set. 2021.

TING-FANG, C. & LI, L. Huawei drops 5G for new P50 phones as US sanctions grip. *Financial Times*, Washington, 8 Aug. 2021. Disponível em: <www.ft.com/content/79e3f647-adc5-4820-b5e9-25342b9aa996>. Acesso em: 28 set. 2021.

UNITED NATIONS (UN). S/RES/2532. Resolution 2532, 1 July 2020. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/3870751?ln=en>>. Acesso em: 28 set. 2021.

VACCINATION obligation key to herd immunity: *China Daily* editorial. *China Daily*, Beijing, 12 Apr. 2021. Disponível em: <<http://global.chinadaily.com.cn/a/202104/12/WS60742ff6a31024ad0bab4fb7.html>>. Acesso em: 28 set. 2021.

WALSH, M. Beijing to Big Tech: stop breaking the law within one month or else. *Caixin Global*, 13 Apr. 2021. Disponível em: <<https://caixinglobal.us19.list-manage.com/track/click?u=77e28b1d505c96caee68a8be5&id=4d78f7424a&e=74aa9a7894>>. Acesso em: 28 set. 2021.

WILLIAMS, A. & STACEY, K. Is there a ban in Covid vaccine export in the US? *Financial Times*, Washington, 1 May 2021. Disponível em: <www.ft.com/content/82fa8fb4-a867-4005-b6c2-a79969139119>. Acesso em: 28 set. 2021.

WU, B. & MCDONALD, A. Big picture science. *Nature*, 575: S28-S29, 2019. Disponível em: <<https://media.nature.com/original/magazine-assets/d41586-019-03542-z/d41586-019-03542-z.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2021.

YANG, Y. & YU, S. Ant ordered to restructure by Chinese regulators. *Financial Times*, Beijing, 8 Aug. 2021. Disponível em: <www.ft.com/content/5c14c1d1-bd9e-4654-9a12-93c4ac46792d#myft:my-news:page>. Acesso em: 28 set. 2021.